



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº40/2023

Período: 28/10/2023 - 03/11/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Presidente Lula reforça negativa de operação de garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro
- 2- Sede da Agência Brasileira de Inteligência foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal
- 3- Familiares de desaparecidos durante a ditadura militar pedem a volta da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
- 4- Jornalista afirma que as fronteiras do Brasil se encontram desprotegidas
- 5- Presidente Lula assina decreto para Garantia de Lei e Ordem que permite atuação das Forças Armadas em portos e aeroportos
- 6- General da reserva, Walter Braga Netto, é declarado inelegível pelo TSE
- 7- Armamentos furtados do Arsenal de Guerra do Exército em Barueri foram encontrados no Rio de Janeiro
- 8- Governo Federal aumenta impostos sobre armas e munições
- 9- General investigado pela PF por fraude esteve dezenas de vezes no Palácio do Planalto durante o governo Bolsonaro

1- Presidente Lula reforça negativa de operação de garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro

Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou declarações acerca do cenário econômico e político brasileiro e internacional. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente tocou ainda em assuntos que tangem à segurança pública, afirmando: “Eu não quero as Forças Armadas nas favelas brigando com bandido. Não é esse o papel das Forças Armadas e, enquanto eu for presidente, não tem GLO”, referindo-se às operações de Garantia da Lei e da Ordem e descartando qualquer intervenção federal no Rio de Janeiro após os ataques de milicianos na zona oeste da cidade. Em editorial, o *Estadão* expôs que tal afirmação de Lula seria “um esforço para tentar não melindrar as Forças Armadas”. O presidente teria enfatizado, ainda, que busca recuperar a instituição e que o último governo, de Jair Bolsonaro, fora o responsável pela excessiva relação entre o governo e os militares. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o governo vem, desde então, procurando formas de auxiliar o estado do Rio de Janeiro no combate ao crime organizado, entretanto sem um programa definido. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 28/10/23; O Estado de S. Paulo - Política - 28/10/23; O Estado de S. Paulo – Opinião - 28/10/23)

2- Sede da Agência Brasileira de Inteligência foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal

De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, a sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) foi alvo de busca e apreensão em 20/10/2023 "para avançar na apuração sobre o uso ilegal de um programa de monitoramento da localização de celulares contra jornalistas, juízes e adversários políticos durante o governo de Jair Bolsonaro (PL)". Estima-se que tal governo monitorou mais de 33 mil pessoas. O diretor-geral da ABIN, Luiz Fernando Corrêa, afirmou em audiência o receio quanto ao vazamento dos dados recolhidos pela Polícia Federal, que apreendeu os computadores dos suspeitos, incluindo o de Paulo Maurício Fortunato (diretor do Departamento de Contra-Inteligência afastado em razão das investigações), sob a chance de pôr "em risco a soberania nacional". Segundo a *Folha*, a Agência não informou quais os dados acessados pela PF. Para além da ABIN, a operação da PF visa investigar o Exército pela compra e utilização de softwares de inteligência, "custeados com dinheiro do Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro, então chefiado pelo general Walter Braga Netto, ex-ministro de Bolsonaro". (*Folha de S. Paulo - Política - 28/10/23*)

3- Familiares de desaparecidos durante a ditadura militar pedem volta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* noticiou que os familiares das vítimas da ditadura militar (1964-1985) estão cobrando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a volta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Esta comissão tem como objetivo encontrar os restos mortais dos desaparecidos e devolvê-los às famílias. O periódico destacou que o documento para a retomada passou pelo Ministério da Defesa, que afirmou não haver nada que impeça a sua execução. A respeito desse assunto, Diva Santana, integrante da CEMDP e diretora do grupo Tortura Nunca Mais, relatou que não entendeu o porquê do documento ter passado pelo Ministério da Defesa. Segundo o *Correio*, o comum seria a minuta sair da pasta de Direitos Humanos, passar pela Casa Civil e depois, por meio de decreto presidencial, a comissão ser restabelecida. O jornal também noticiou que as famílias acreditam que um dos motivos da demora do processo é a relação tensa entre os militares e o governo na atualidade, devido aos atos de 8 de janeiro de 2023. Para o deputado federal Tarcísio Motta (PSol-RJ), o governo Lula está tentando não entrar em assuntos delicados para as Forças Armadas, contudo isso não pode se sobrepor à democracia. Ele também afirmou que historicamente o Brasil tem essa tendência de evitar conflitos e que a "militarização da vida e do cotidiano" acarreta em uma dificuldade para se acertar com o passado. Além disso, o *Correio* relatou que Diva está decepcionada com o atual governo e que o presidente não atendeu às solicitações de audiência do grupo das Famílias. Por fim, Vera Paiva, filha do ex-deputado federal Rubens Paiva, que foi torturado e morto pela ditadura, afirmou que as famílias precisam de um lugar para visitar seus entes queridos e que não podem perder tempo, porque muitos familiares estão envelhecendo e morrendo sem conseguir o desfecho que merecem. (*Correio Braziliense - Política - 30/10/23*)

4- Jornalista afirma que as fronteiras do Brasil se encontram desprotegidas

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf, afirmou que no território brasileiro há diversos locais que podem ser comparados com a faixa de Gaza, a exemplo do Rio de Janeiro, onde milícias operam e lutam entre si para cobrar a população por proteção, serviços, produtos e drogas. Segundo o jornalista, as polícias do Rio de Janeiro contribuem para o problema. Além disso, de acordo com ele, 300 soldados da Força Nacional foram designados para fiscalizar as rodovias federais, de forma a atuar separados das polícias. Stumpf apontou a problemática do tráfico de drogas nas fronteiras. A respeito disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende aumentar a presença do Estado em 100 quilômetros na faixa de fronteira, na região da Amazônia Legal. Há também a proposta de colocar sob proteção do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional o programa que busca ocupar as áreas de fronteira, conhecido como Calha Norte. Para o jornalista, essa zona de fronteiras não é bem “policiada e defendida”, haja vista que a Aeronáutica não tem instrumentos necessários para fazer a vigilância da fronteira seca; o Exército não tem um deslocamento rápido e a Marinha tem se degradado muito ao longo dos anos, em virtude da redução de investimentos. Ademais, o jornalista avalia que o Brasil não tem Guarda Costeira e a frota de navios da Marinha deve diminuir em 40%, o que faz com que a costa norte do país se encontre desprotegida e os contrabandistas atuem livremente. (*Correio Braziliense – Opinião – 30/10/23*)

5- Presidente Lula assina decreto para Garantia de Lei e Ordem que permite atuação das Forças Armadas em portos e aeroportos

De acordo com uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, em 01/11/2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou uma iniciativa para contornar a crise na segurança pública que assola o estado do Rio de Janeiro assinando o decreto de operação de Garantia de Lei e Ordem (GLO), que será especificamente empregada em portos e aeroportos. Os militares atuarão nos portos de Itaguaí (RJ) e Santos (SP), bem como nos aeroportos do Galeão (RJ) e Guarulhos (SP). Isso ocorre sob a justificativa de que esses lugares são as principais portas de entrada para passageiros e cargas no Brasil. Conforme explicado pelo jornal, a GLO garante poder de polícia aos militares e pode ocorrer em momentos nos quais existe o esgotamento das forças tradicionais de segurança. Contudo, uma semana antes do anúncio da GLO, Lula havia afirmado que a medida não seria tomada, uma vez que o papel das Forças Armadas não era esse. Flávio Dino, por sua vez, contornou a situação explicando que o presidente se referia ao fato de não querer que os militares estejam nas ruas, como a polícia militar, por exemplo. Segundo uma reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, especialistas se mostram céticos em relação a essa decisão. Jacqueline Muniz, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e gestora pública em segurança, considerou que o uso da GLO no Rio é motivo de preocupação. O editorial do *Estadão* afirmou que as GLOs são para combater o tráfico de drogas e de armas nesses portos até maio de 2024, mas avaliou que “é tudo uma grande farsa” porque deixa a pergunta: “o combate ao crime organizado dura seis meses?”. Além disso, o texto ressaltou que “envolver as Forças Armadas na segurança pública é um equívoco institucional e funcional, que causa sérios danos ao País, [porque] os militares não têm essa atribuição institucional nem foram treinados para isso.” (*Folha de S. Paulo - Cotidiano - 02/11/23; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 02/11/23; O Estado de S. Paulo – Opinião - 03/11/23*)

6- General da reserva, Walter Braga Netto, é declarado inelegível pelo TSE

De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, o general da reserva, Walter Braga Netto, candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PL) em 2022, teve sua inelegibilidade decretada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O mesmo ainda se encontra na mira das investigações por conta da sua atuação na intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018, e pelas investidas golpistas após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, Braga Netto teve seu sigilo telemático quebrado, sendo alvo de investigação da Polícia Federal (PF) no Rio de Janeiro. No entanto, Braga Netto discordou da decisão do TSE e afirmou que irá recorrer, situação que, segundo a *Folha*, gerou algumas consequências. A primeira é que as Forças Armadas estão tentando se descolar da imagem do general, alegando que o mesmo deixou de frequentar o quartel-general quando deixou o governo, e que ele somente mantém relações com colegas e amigos da sua turma. O jornal também informou que, após a declaração de inelegibilidade de Braga Netto, que estava sendo cotado para concorrer à prefeitura do Rio de Janeiro em 2024, a escolha de Jair Bolsonaro (PL) seria por Alexandre Ramagem (PL-RJ). (Folha de S. Paulo - Política - 02/02/23)

7- Armamentos furtados do Arsenal de Guerra do Exército em Barueri foram encontrados no Rio de Janeiro

Segundo a *Folha de S. Paulo*, mais duas metralhadoras furtadas do Arsenal de Guerra do Exército em Barueri, estado de São Paulo, foram encontradas no Rio de Janeiro (RJ). Além dessas metralhadoras, também foi achado um fuzil 7,62, que tem a sua origem sob investigações. De acordo com a Polícia Civil do RJ, os armamentos se encontravam em um veículo na Avenida Lúcio Costa e o fuzil estava enrolado em um saco plástico preto dentro de um carro que pertence a Jesser Marques Fidelix. O mesmo é apontado como responsável por negociar as armas com o Comando Vermelho. Na manhã de 01/11/2023, o Exército e a Polícia Militar fizeram uma nova operação no Jardim Vila Galvão, São Paulo, em prol de informações para que os dois armamentos restantes fossem encontrados. De acordo com alguns relatos, o furto ocorreu nas primeiras horas do feriado de 7 de setembro, após um apagão de energia no Arsenal de Guerra. Em coluna do periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Godoy destacou que a Justiça Militar em São Paulo negou a decretação da prisão dos seis militares suspeitos de participar do furto de 21 metralhadoras do Arsenal de Guerra de São Paulo. Entre os investigados está o cabo Vagner Tandu, que à época trabalhava como motorista para o comandante da unidade, o tenente-coronel Rivelino Barata de Sousa Batista, que foi afastado do cargo pelo comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva. Mesmo com essas provas, o Ministério Público Militar (MPM) se manifestou contrário à decretação das prisões, procurando mais “robustez” nas provas. Ainda segundo a coluna, o MPM está apostando nos computadores e celulares que foram encontrados na casa de Messias Barbosa de Pádua, o “Velho”, de 60 anos, que seria o responsável pela devolução de cinco das metralhadoras de calibre .50 e quatro de calibre 7,62 mm ao Exército entre a noite do dia 20 e a madrugada do dia 21/10/2023. (Folha de São Paulo - Cotidiano - 02/02/23; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 03/11/23)

8- Governo Federal aumenta impostos sobre armas e munições

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo federal editou um decreto que restabelece as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para

armas de fogo, munições, entre outros objetos. Essa medida, por sua vez, amplia em até 55% a alíquota do IPI sobre revólveres, pistolas, carabinas, entre outros, e aumenta a tributação de munições para 25%. O Palácio do Planalto informou que essa medida tem um potencial de arrecadação de R\$1,1 bilhão entre 2024 a 2026. Nesse momento, o governo Lula tem se mantido rígido quanto ao controle de armas e munições, pretendendo transferir a fiscalização dos CACs para a Polícia Federal, que no momento ainda se encontram sob responsabilidade do Exército. (O Estado de São Paulo - Política - 02/02/23)

9- General investigado pela PF por fraude esteve dezenas de vezes no Palácio do Planalto durante o governo Bolsonaro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o general da reserva Paulo Assis — que está sendo investigado sob suspeita de fraudes em compras durante a intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro — visitou 25 vezes o Palácio do Planalto durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (PL). De acordo com os registros de acesso ao palácio mantidos pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), algumas datas das visitas coincidem com dias em que ele teria supostamente interferido no governo em favor da empresa norte-americana CTU Security, segundo relatório da Polícia Federal. A Operação Perfídia apura supostas ilegalidades na aquisição de coletes balísticos pelo gabinete de intervenção, comandado à época pelo general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro de Bolsonaro. Nessa operação, a PF afirma que Assis usou o nome do ex-interventor para tentar destravar o negócio e após a CTU Security, em 23/01/2019, não entregar o material, o contrato foi suspenso em 12/09/2019, principalmente por suspeitas na documentação da empresa. De acordo com as mensagens que constam no inquérito, logo após a suspensão, em 15/09/2019, representantes da CTU mantiveram contato com o general Paulo Assis, que teria continuado atuando em favor da empresa norte-americana, a fim de destravar o processo. O periódico listou cada uma das 25 visitas, desde 24/09/2019 até março de 2023, sendo que duas ocorreram inclusive no governo Lula: em janeiro, na Secretaria de Relações Institucionais, comandada pelo ministro Alexandre Padilha, e em março, no gabinete do então ministro do GSI, Gonçalves Dias. (Folha de S. Paulo - Política - 03/11/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar